

Termo de Referência 223/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
223/2024	158516-INSTITUTO FEDERAL DE EDUC.CIENC.E TEC. DE SC	TANIA KELLI KUNZ	23/07/2025 16:34 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		23292031610202406

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 23292.031610/2024-06

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de **MATERIAL PERMANENTE DE MECÂNICA** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Denominação		Unidade	Quant. Total	Preço Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	AUTO TRANSFORMADOR TRIFÁSICO a seco, 10kVA, 220/380V ou 380/220V 60hz, primário ligado em estrela, secundário ligado em estrela com neutro acessível, CLASSE F (155°), grau de proteção IP23. Produto com 1 ano de garantia.	486473	Unidade	7	2.076,67	14.536,69
2	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO COM MICROPROCESSADOR - com resolução de 0,01g. Características mínimas: Capacidade de carga entre 3 kg e 5 Kg, precisão (sensibilidade/reprodutibilidade) de 0,01g; funções internas controladas por microprocessador; estrutura externa (carcaça) em liga metálica (alumínio) com pintura eletrostática ou epóxi, de modo a resistir ao ambiente de laboratório; prato de pesagem construído em aço inox, quadrado/retangular, com dimensões aproximadas de 190 x 140 milímetros; equipamento de bancada, com dimensões aproximadas de 290 x 210 milímetros; deve possuir display digital de cristal líquido com 8 dígitos; possuir tecla de tara subtrativa; deve permitir a calibração automática através de pesos externos, com acesso através de tecla, sem nenhum tipo de bloqueio desta função; deve possuir indicador de estabilidade de leitura; deve possuir unidades de pesagem em: g e Kg; deve possuir saída serial RS232; ter a classe de exatidão II; deve ser homologada pelo INMETRO; deve ser calibrada; ter pés ajustáveis para nivelamento e indicador de nível; temperatura de operação de 10°C a 40°C; tensão de trabalho bivolt automática (100 a 230 V) e frequência de 50/60Hz; deve	436111	Unidade	6	5.260,07	31.560,42

	acompanhar fonte de alimentação bivolt automática, quando solicitado pelo equipamento; deve acompanhar manual de instruções em português; garantia mínima de 1 ano e assistência técnica integral no Brasil; deve acompanhar os acessórios necessários ao funcionamento básico do equipamento.					
3	CÂMERA TERMOVISORA - COM DISPLAY LCD; FAIXA DE TEMPERATURA: -10°C ~ 400°C; GRAU DE PROTEÇÃO: IP65; EMISSIVIDADE AJUSTÁVEL; AUTODESLIGAMENTO; ALARME DE TEMPERATURA ALTA E BAIXA; MODO DE MEDIÇÃO: PONTO CENTRAL, RASTREAMENTO DE ALTA TEMPERATURA E ROI (ÁREA DE INTERESSE); MODOS DE IMAGEM: FUSÃO DE IMAGEM, IMAGEM VISUAL E IMAGEM TÉRMICA; INTERFACE USB TIPO-C; TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO: -20°C ~ 60°C; TEMPERATURA E UMIDADE DE OPERAÇÃO: 0°C-50°C; <90% UR (SEM CONDENSAÇÃO); ALIMENTAÇÃO: BATERIA RECARREGÁVEL DE ÍON-LÍTIO; DURAÇÃO DA BATERIA: MAIOR OU IGUAL 6 HORAS; COM CERTIFICADO DE CALIBRAÇÃO. MODELO DE REFERÊNCIA: MTV- 120 MINIPA. PRAZO DE GARANTIA: 1 ANO.	600067	Unidade	8	3.459,92	27.679,36
4	CARRINHO PARA TRANSPORTE- CARRO TUBULAR : FABRICADO EM AÇO CARBONODIMENSÕES: 1300X360X300 MMCAPACIDADE DE CARGA: 100 KG. GARANTIA DE 1 ANO.	225282	Unidade	4	257,31	1.029,24
5	CARRO PARA FERRAMENTAS EM AÇO : com no mínimo 4 gavetas e 1 prateleira fechada com a porta disposta verticalmente ao lado das gavetas. Dimensões mínimas de 850mm de altura, 440mm de largura e 790mm de comprimento. Com 4 rodas e freio. Fechadura com chave para fechamento das gavetas e da porta. Garantia de 01 ano	601812	Unidade	1	3.820,22	3.820,22
6	CHAVE DE PARTIDA ESTÁTICA: Soft Starter, Alimentação 220 a 460 Vac, potência 5 CV, corrente nominal 10 Amperes, Fases de entrada: 3 fases, Número de Fases Controladas: 2 fases. ref.: Weg SSW05. Produto com 1 ano de garantia.	475482	Unidade	7	2.156,43	15.095,01
7	COMPRESSOR DE AR ELETROMAGNÉTICO PARA AQUICULTURA: COMPACTO E SILENCIOSO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 75W E CAPACIDADE DE AERAÇÃO DE 100 A 120 LITROS POR MINUTO, VOLTAGEM 220V. PRODUTO DE REFERÊNCIA COMPRESSOR BOYU ACQ- 007 220V. Garantia do produto: 3 meses do vendedor. Garantia de fábrica de um ano (12 meses) contra defeitos de fabricação	613724	Unidade	3	840,94	2.522,82
8	CONTADOR DIGITAL DE PULSOS : CONTADOR DIGITAL DE PULSOS, PARA SER USADO EM CONJUNTO COM UM MICRO MOLINETE OU MOLINETE FLUVIOMÉTRICO; DESTINADO A COMPUTAR E EXIBIR OS RESULTADOS DOS PULSOS GERADOS; O EQUIPAMENTO DEVE SER CONDICIONADO EM CAIXA METÁLICA COM CIRCUITO MICROPROCESSADO; DEVE SER ALIMENTADO POR MEIO DE PILHAS OU BATERIA RECARREGÁVEL; VELOCIDADE 200 PULSOS POR SEGUNDOS; DEVE POSSUIR DISPLAY DIGITAL E CHAVE SELETORA PARA TEMPO PRÉ-PROGRAMADO; O CONTADOR DEVE SER COMPATÍVEL COM O SEGUINTE MODELO DE MICROMOLINETE: MODELO - MICROMOLINETE, MARCA - HC, FABRICANTE - HIDROMEC. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS.	453512	Unidade	1	2.604,00	2.604,00
9	DURÔMETRO PORTÁTIL DIGITAL - Fornecido com o dispositivo de impacto tipo D Possibilidade de obter o valor médio das medições (selecionável entre vezes dos valores medidos Baseado no ensaio Leeb (HLD), converte para Vickers (HV), Brinell (HB), Rockwell (HRC e HRB), Shore. Visor LCD de grande dimensão com iluminação Atende a Norma ASTM A956. Garantia mínima de 12 meses	467157	Unidade	2	6.487,00	12.974,00
10	EQUIPAMENTO DE SOLDAGEM TIG AC/DC : Deve possuir capacidade de operar com AC ou DC. Deve possuir capacidade para soldagem em alumínio no processo TIG AC. Tensão de alimentação: 220V Monofásica. Abertura do arco por alta frequência. Deve possuir controle de pós gás. Deve possuir capacidade de soldagem pulsada. Cabo de soldagem com engate rápido. Acompanha tocha com acionamento por gatilho, garra negativa, garra	449410	Unidade	4	3.147,40	12.589,60

	obra e porta eletrodo. Faixa de corrente: mínimo de 10A até 200A. Modelo de referência: Lynus LIS 250AL Pulse Power. Garantia mínima de 12 meses.					
11	ESCADA METÁLICA: ESCADA DE ABRIR EM ALUMÍNIO COM 7 DEGRAUS, ABERTURA EM A, MATERIAL: ALUMÍNIO 100 . CAPACIDADE: 120 KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEGRAUS COM 70MM, ALÇA DE APOIO PARA MAIOR SEGURANÇA, PATAMAR COM NO MÍNIMO (35X18). TODAS AS CARACTERÍSTICAS E DIMENSÕES DE ACORDO COM A NORMA NBR 13430. GARANTIA DE 1 ANO.	402404	Unidade	15	250,41	3.756,15
12	ESMERILHADEIRA ANGULAR A BATERIA 5" - DEVE TER POTÊNCIA EQUIVALENTE A UMA FERRAMENTA COM FIO DE 1.000 W . - DEVE CONTER PROTEÇÃO AO USUÁRIO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA QUE DESLIGA A FERRAMENTA EM CASO DE QUEDA - DEVE TER FUNÇÃO DE ALCANÇAR SUA ROTAÇÃO MÁXIMA APÓS 2 SEGUNDOS APÓS SER ACIONADA PARA MAIOR SEGURANÇA DO OPERADOR. . DEVE, EM CASO DE TRAVAMENTO, CONTER SISTEMA ONDE O MOTOR PARAR AUTOMATICAMENTE EVITANDO ACIDENTES. - DEVE SER 100% COMPATÍVEL COM TODAS AS BATERIAS E CARREGADORES 18V BOSCH SEM O USO DE ADAPTADORES. - DEVE SER COMPATÍVEL COM DISCO DE 115 E 125 MM DE DIÂMETRO. - ACOMPANHA: 1 PORCA DE APOIO, 1 PORCA DE APERTO RÁPIDO, 1 CAPA PROTETORA, 1 PUNHO AUXILIAR, FLANGE E MANUAL. - DEVE TER GARANTIA DO PRÓPRIO FABRICANTE DE NO MÍNIMO 2 ANOS. -MARCA / MODELO DE REFERÊNCIA: BOSCH GWS18V-10	605883	Unidade	9	1.064,67	9.582,03
13	ESMERILHADEIRA MANUAL elétrico portátil com rotação de trabalho igual ou superior a 10.000rpm, utiliza discos de 115mm, tensão de 220V – 60 Hz. Potência mínima de 800 W, eixo de fixação dos discos M14, Chave de acionamento do tipo Paddle, peso máximo do produto 1,9 kg, Inclui chave de fixação e substituição de rebolo, protetor de disco, punho auxiliar. Garantia de 1 ano. Modelo de referência: Bosch GWS 8- 115 Professional, Dewalt DWE 4120.	484052	Unidade	18	366,41	6.595,38
14	FONTE DE SOLDAGEM AC/DC 220V PARA OS PROCESSOS TIG (GTAW) E ELETRODO REVESTIDO (SMAW). DADOS TÉCNICOS: -TENSÃO (V) 1 X 220 -TENSÃO EM VAZIO 67V -FREQUÊNCIA (HZ) 50/60 -FAIXA DE CORRENTE (A) 5 A 200 -CLASSE DE ISOLAÇÃO TÉRMICA H -GRAU DE PROTEÇÃO IP23 -PROTEÇÃO TÉRMICA (TERMOSTATO) SIM - VENTILAÇÃO FORÇADA - CICLO DE TRABALHO A 40°C 200A @ 60% 200A @ 35% - CICLO DE TRABALHO A 40°C 155A @ 100% 110A @ 100% - TENSÃO DE TRABALHO 10,2 - 18V 20,2 - 28V - NORMA NBR IEC 60974-1 RECURSOS: ELETRODO REVESTIDO: "HOT START" : AUXILIA NA IGNIÇÃO DO ARCO DE SOLDA "ARC FORCE": EVITA QUE O ELETRODO "GRUDE" DURANTE A SOLDAGEM "ANTI STICK": CASO O ELETRODO FIQUE GRUDADO, A MÁQUINA CORTA A CORRENTE DE SOLDAGEM, PRESERVANDO O ELETRODO E A MÁQUINA TIG (DC) DISPLAY LCD AJUSTE DA PRÉ VAZÃO DE GÁS (0 A 2 S) ABERTURA DE ARCO SELECIONÁVEL COM LIFT ARC OU ALTA FREQUÊNCIA ACIONAMENTO DO GATILHO EM 2 OU 4 PASSOS E MODO REPETIDO MODO PULSADO (ATIVAR E DESATIVAR O MODO PULSADO) MODO PONTO (POSSÍVEL DEFINIR A DURAÇÃO DE UM PONTO) MODO Q- START (AJUDA A INTERLIGAR AS PEÇAS DURANTE A FASE INICIAL DO PROCESSO DE SOLDAGEM) ARCO DINÂMICO (MANTÉM A RELAÇÃO TENSÃO X CORRENTE CONSTANTE) MULTITACK (REDUZ O CALOR NA SOLDAGEM DE PEÇAS FINAS) AJUSTE DA CORRENTE INICIAL (5 A 200 A) AJUSTE DA RAMPA DE SUBIDA DA CORRENTE DE SOLDAGEM (0 A 10 S) AJUSTE DA CORRENTE DE PICO (5 A 200 A) AJUSTE DA CORRENTE DE BASE (5 A 200 A) ARCO PULSADO COM AJUSTE DE FREQUÊNCIA DE PULSO DA CORRENTE DE SOLDAGEM (0,5 A 999 HZ) AJUSTE DA LARGURA DE PULSO (5 A 95 %) AJUSTE DA RAMPA DE DESCIDA DA CORRENTE DE SOLDAGEM (0 A 10 S) AJUSTE DA CORRENTE FINAL (ENCHIMENTO DA CRATERA DE FINAL DE SOLDA) (5 A 200 A) AJUSTE DA PÓS VAZÃO DE GÁS (0 A 10 S) TIG (AC) DISPLAY	449410	Unidade	3	7.893,78	23.681,34

	LCDA ABERTURA DE ARCO SELECIONÁVEL COM LIFT ARC OU ALTA FREQUÊNCIA ACIONAMENTO DO GATILHO EM 2 OU 4 PASSOS E MODO REPETIDO MODO PULSADO (ATIVAR E DESATIVAR O MODO PULSADO). MODO PONTO (POSSÍVEL DEFINIR A DURAÇÃO DE UM PONTO) MODO AC/DC MISTO EXTRA FUSION (ADICIONA UM NÍVEL DC A SOLDAGEM AC) MULTIWAVE (POSSIBILITA OPERA COM ONDAS MISTAS) AJUSTE DA PRÉ VAZÃO DE GÁS (0 A 2 S) AJUSTE DA CORRENTE INICIAL (5 A 200 A) AJUSTE DA RAMP A SUBIDA DA CORRENTE DE SOLDAGEM (0 A 10 S) AJUSTE DA CORRENTE DE PICO (5 A 200 A) AJUSTE DA CORRENTE DE BASE (5 A 200 A) ARCO PULSADO COM AJUSTE DE FREQUÊNCIA DE PULSO DA CORRENTE DE SOLDAGEM (0,5 A 999 HZ) AJUSTE DA LARGURA DE PULSO (5 A 95 %) AJUSTE DA RAMP A DESCIDA DA CORRENTE DE SOLDAGEM (0 A 10 S) AJUSTE DA CORRENTE FINAL (ENCHIMENTO DA CRATERA DE FINAL DE SOLDA) (5 A 200 A) AJUSTE DA PÓS VAZÃO DE GÁS (0 A 10 S) BALANÇO DE ONDA (-5 A 5) FREQUÊNCIA AC (50 A 250 HZ) ACESSÓRIOS QUE ACOMPANHA: TOCHA TIG TTB 26, PORTA ELETRODO, GARRA NEGATIVA, MANGUEIRA DE GÁS, CABOS DE SOLDA E CARRINHO DE TRANSPORTE. MODELO DE REFERÊNCIA: BALMER VULCANO TIG 205P AC/DC. GARANTIA MÍNIMA DO PRODUTO 12 (DOZE) MESES					
15	<p>FORTE INVERSORA TRIFÁSICA PARA SOLDAGEM MIG/MAG (GMAW) E ARAME TUBULAR (FCAW) COM TRACIONADOR DE ARAME COM 4 ROLDANAS, DESTINADAS A SOLDAR OS MAIS DIVERSOS METAIS, COM PROGRAMAS ESPECÍFICOS PARA ARAMES SÓLIDOS E TUBULARES, DE</p> <p>AÇO CARBONO, AÇO INOXIDÁVEL, ALUMÍNIO E INCLUSIVE MIG BRAZING, QUE ATENDA ÀS SEGUINTE S ESPECIFICAÇÕES: FREQUÊNCIA DA REDE: 50HZ / 60HZ. - FAIXA DE CORRENTE MIG/MAG: 30-420A (440V/380V). - CICLO DE TRABALHO: 440VAC / 380VAC: 420A @ 40% / 35V, 343A @ 60% / 0 31,2V, 266A @ 100% / 27,3V. - TENSÃO DE CIRCUITO ABERTO EM MIG/MAG: 82V (440VAC). - TENSÃO DE CIRCUITO ABERTO EM MIG/MAG: 72V (380VAC). - EFICIÊNCIA CORRENTE MÁX.: 91%. - POTÊNCIA APARENTE CORRENTE MÁX.: 17,4 KVA. - FATOR DE POTÊNCIA CORRENTE MÁX.: 0,83. - CLASSE DE PROTEÇÃO: IP21S. - NORMAS TÉCNICAS IEC 60974-1. - TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: -10 A +40 °C. - CLASSE DE ISOLAMENTO: F. - CLASSE DE APLICAÇÃO: S. - FONTE COM INDICADOR DIGITAL DE CORRENTE E TENSÃO; - ALIMENTADOR DE ARAME COM 4 ROLDANAS; - TOCHA COM 3 METROS DE COMPRIMENTO PARA ARAMES NA FAIXA DE 0,8 A 1,6 METROS; CICLOS DE TRABALHO DA TOCHA DE DE 320A@35%; - CONJUNTOS DE CABOS PARA ALIMETAÇÃO COMO NO MÍNIMO 5 METROS DE COMPRIMENTO (COM ENGATE E TERMINAL 3P+T 32A). - CONFIGURAÇÕES ADICIONAIS, COMO: SOLDAGEM 2T OU 4T, INDUTÂNCIA, CREEP START, BURNBACK, PREENCHIMENTO DE CRATERA, CONTROLE PRÉ E PÓS-FLUXO DE GÁS. MODELO DE REFERÊNCIA: MÁQUINA DE SOLDA INVERSORA ESAB RUSTLER EM 455I. CÓDIGO: 0748506 GARANTIA MÍNIMA DO PRODUTO 12 (DOZE) MESES.</p>	218270	Unidade	3	15.152,97	45.458,91
	<p>FURADEIRA FRESADORA DE FERRO Fundido Capacidade de furar aço 50mm;</p> <p>Capacidade de fresar em aço 80mm Curso vertical do eixo-árvore 160mm Cone morse CM 3 do eixo árvore Diâmetro da bucha do eixo- árvore mínimo de 80mm Gama de velocidades 16 – deve ir de 50 – 80rpm até 1800 – 2200rpm Distância do eixo-árvore à coluna – de 400 à 600mm Largura da coluna mínimo : 250mm Distância máxima do eixo-árvore à mesa: de 550 à 600 mm A movimentação do cabeçote sobre a coluna deverá ser feita por a fuso comandado por uma alavanca de aço. Possibilidade de Inclinação do cabeçote (direito e esquerdo): 45 graus com escala acoplada e marcação de cada um grau Curso vertical do cabeçote mínimo: 400 mm Avanços automáticos do eixo-árvore mm 3 (+) Giro da coluna (direito e esquerdo) ° 90 com escala acoplada e marcação de cada um grau Curso transversal</p>					

16	<p>mínimo da mesa de 360mm Curso longitudinal mínimo da mesa 580mm</p> <p>Dimensões da mesa de no mínimo 250 x 1000 mm sem incluir as manoplas</p> <p>todas as manoplas da mesa e de seleção da velocidade do eixo-árvore deverá ser em aço. Potência do motor mínimo de 3,0cv trifásico 380V 60hz Potência do motor da mesa de 0,5 cv com chave liga/desliga e regulador de velocidade e selecionador de dois sentidos de avanço Potência da bomba de refrigeração de 0,12cv com tanque de no mínimo 7 litros A mangueira de refrigeração deverá ser articulada e deverá ter comprimento suficiente que alcance a parte mais distante do eixo-árvore. Área ocupada pela máquina 1400 x 2300. Com coluna, mesa e guias retificadas e dotadas de avanço manual lento no eixo-árvore e sistema de refrigeração Furadeira em ferro fundido normalizadas para alívio de tensão. Preferencialmente avanço automático no eixo-árvore e protegido contra sobrecargas por um dispositivo regulável que desengata automaticamente quando ocorre tal anomalia. O material de fabricação para a coluna e o eixo-árvore deverá ser em aço ferramenta retificado e o restante da furadeira em ferro fundido. A máquina obedecerá a NR-12 A base da furadeira deve ser fixa à estrutura, devendo ser robusta e inteiriça sendo do tipo</p> <p>“saia” Deverá possuir alavanca de aço de travamento do eixo-árvore e da mesa Deverá possuir régua de profundidade de furação Deve conter plug industrial macho já acoplado no cabo de alimentação com 5 pinos (3F+N+T) de 32A-380V (vermelho) NBR7845, cabo de alimentação PP com 4 pernas de 4mm² e 5 metros de comprimento A máquina não poderá conter transformador para a conversão de tensão Acessórios: - Uma haste com ponta rosqueada para a fixação de suportes de ferramentas e dimensões de acordo com normas vigentes; -Haste para mandril ISO40 x b18, conforme norma 2080, superfície retificada, com comprimento de 17,7mm para encaixe do mandril, juntamente com mandril com encaixe B18 retificado em aço ferramenta para brocas de 2 à 16mm de diâmetro com chaves de aperto. - Mandril para brocas de 5 a 26 mm com acoplamento B24 cônico retificado (incluso), deve acompanhar haste com acoplamento B24 e encaixe a máquina cone morse 3 com lingueta para transmissão de torque, toda a haste deve ser retificada. -Morsa com base giratória de ferro fundido com comprimento de 270 à 300mm abertura para aperto de 250 à 270mm. Alavanca de aperto independente com encaixe quadrado. Específica para trabalhos médios e pesados. Superfície de apoio dos mordentes deverá ser temperado e retificado. Acompanhá dois pares de mordentes – um liso e outro ranhurado-. A largura dos mordentes e morsa de no mínimo 100mm. A escala do giro em graus deve estar escalonado de um em um grau com indicação numérica a cada 10 graus no mínimo. Acompanhará ainda 2 parafusos tipo “T”, 2 porcas e 4 arruelas - Vibra-Stop emborrachado apropriado para a máquina. Incluídos: No recebimento da máquina esta deverá ser posta em local designado pelo servidor e a empresa vendedora ficará responsável pela fixação do equipamento Entrega técnica máquina Garantia de 2 anos Manual completo em português.</p>	603513	Unidade	2	26.730,10	53.460,20
17	<p>LAVADORA DE PEÇAS REFORÇADO, Com Eletrobomba 220V e acessórios, profundidade da cuba 180 mm. Capacidade de 22 litros, vazão 30 litros por minuto. Comprimento 1000 mm. Largura 750 mm. Altura 1100 mm. Material estrutura de metal e cuba galvanizada que suporte pelo menos 50 quilos. Para utilização de desengraxante à base d'água e querosene. Frete incluso. Garantia mínima de 1 ano e assistência técnica no Brasil.</p>	607939	Unidade	2	1.310,98	2.621,96
18	<p>MÁQUINA DE SOLDA LASER - Equipamento para soldagem, corte e limpeza a laser. Fonte de alimentação: gerador de laser de Fibra, com comprimento de onda entre 1040nm e 1100nm. Deve acompanhar módulo para resfriamento do tipo Chiller ou similar. Potência mínima de saída de 1500W em ciclo de trabalho a 100%. Deve possuir capacidade de soldagem em materiais de diferentes espessuras, com faixa entre 0,1mm até 4mm, incluindo materiais reflexivos. Deve acompanhar cabeçote e acessórios para procedimentos de soldagem, corte e limpeza a laser. Deve possuir largura do pulso ajustável. Deve possuir capacidade de solda lisa, por costura, autógena, e com adição</p>	601594	Unidade	1	80.640,53	80.640,53

	de arame automática. Deve possuir alimentador de arame, com capacidade de 0,8mm a 1,6mm. Largura de limpeza a laser de 10mm a 80mm Comprimento mínimo do cabo de saída de 5 metros. Tensão de alimentação de 220v ou 380v frequência de 50/60hz. Garantia mínima de 12 meses.					
19	MÁQUINA MEADEIRA MOTORIZADA 220V com controle de velocidade, capacidade de 6 cores (usada para reaproveitamento de fios usados notear retilíneo). Frete incluso, Manual em português. Garantia de no mínimo 12 meses.	137006	Unidade	1	5.265,00	5.265,00
20	MICROSCÓPIO TIPO DE ANÁLISE: ÓTICO, TIPO de análise: ótico (com ótica infinita), tipo: trinocular. Revólver giratório para 4 objetivas, aumento com objetivas planacromáticas corrigidas ao infinito de 4X (N.A. 0,10/ W.D. 25 mm), 10X (N. A. 0,25/ W.D. 6,7 mm) , 40X retrátil (N.A. 0,65/ W.D. 0,6 mm) e 100X retrátil imersão (N.A.1.25/ W.D. 0,14 mm). Parafusos macrométrico e micrométrico coaxial. Componentes: Iluminação em LED, transmitida, voltagem: 220V, adicional: inclinação até 30°, Marca de Referência: Nikon: similar ou superior. Garantia mínima de 1 ano e assistência técnica no Brasil.	440762	Unidade	17	14.642,46	248.921,82
21	MOTOR ELÉTRICO NOVA 5CV 2 PÓLOS TRIFÁSICO 380V /660V GARANTIA: 12 MESES APÓS O RECEBIMENTO DEFINITIVO.	319942	Unidade	4	3.732,17	14.928,68
22	PARAFUSADEIRA DE IMPACTO 18/20 VOLTS A BATERIA . Ferramenta sem fio de uso profissional, utilizada para aperto/desaperto de parafusos e furação. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Produto novo; Tipo parafusadeira e furadeira de impacto sem fio; Mandril de aperto rápido sem chave 1/2" (13mm); Velocidade variável e reversível (mínimo 2 velocidades); Luz de LED (iluminação de trabalho); Motor do tipo sem escovas (brushless); Baterias intercambiáveis que podem ser utilizadas em outras ferramentas elétricas da mesma marca; Bateria de íons de Lítio; Tensão da Bateria: 18V ou 20V; Capacidade da Bateria: 2.0Ah ou maior; Carregador de bateria do tipo rápido; Tensão de entrada do carregador: Bivolt automático, com conexão à rede elétrica com plugue padrão NBR14.136; Rotações por minuto: baixa entre 500 e 700 RPM / alta entre 1.500 RPM e 2.100 RPM; Impactos/batidas por minuto em velocidade alta entre 25.000 e 30.000 IPM; Torque: 40N.m ou maior; Fornecida acompanhada no mínimo por: Carregador rápido para baterias, 2 Baterias de 2,0 Ah (ou maior), maleta de transporte e manual em português. Garantia mínima de 2 anos. Modelos de Referência: BOSCH, GSB 18V-90 C PROFESSIONAL; DEWALT, DCD7781D2-BR; MAKITA, DHP487RAJ.	607558	Unidade	15	996,42	14.946,30
23	PLACA UNIVERSAL AUTO-CENTRANTE PARA TORNO : - PLACA UNIVERSAL AUTOCENTRANTE COM 04 CASTANHAS DE 200MM DE DIÂMETRO OU 8" - CORPO EM FERRO FUNDIDO - FIXAÇÃO PELA FRENTE - FUNDO RETO C/ REBAIXO PARA CENTRALIZAR NA FLANGE DEVE ACOMPANHA 01 JOGOS DE CASTANHAS REVERSÍVEIS, SENDO 01 JOGO DE CASTANHAS BASE E 01 JOGO DE CASTANHAS TOPO - DEVE ACOMPANHAR CHAVE DE APERTO E PARAFUSO PARA FIXAÇÃO NO FLANGE - MARCA / MODELO DE REFERÊNCIA: MAWBRA K-12200AF	606493	Unidade	2	1.813,08	3.626,16
	RUGOSÍMETRO PORTÁTIL DIGITAL - DESCRIÇÃO TÉCNICA: - TENSÃO: 110/220V - CURSO TOTAL EIXO X: 16.0MM - CURSO TOTAL/SENSOR /CURSO: 360 MM (-200 MM ATÉ +160 MM) - CURSO TOTAL/SENSOR /RESOLUÇÃO: 360 MM / 0,02 MM, 100 MM / 0,006 MM, 25 MM / 0,002 MM - VELOCIDADE DE MEDIÇÃO: DURANTE A MEDIÇÃO: 0,25MM/S, 0,5MM/S, 0,75MM/S RETORNO: 1MM/S - FORÇA DE MEDIÇÃO / FORMATO DA PONTA: 4MN/90°, 5MMR (QUANDO O CÓDIGO TERMINA COM "-02") - FORÇA DE APOIO: 400MN OU MENOS - NORMAS DE REFERÊNCIA: JIS1982/ JIS1994/ JIS2001/ ISO1997/ ANSI/ VDA - PERFIS CALCULADOS: PERFIL PRIMÁRIO, PERFIL DE RUGOSIDADE, PERFIL DF, PERFIL MOTIF -PARÂMETROS: RA, RC, RY, RZ, RQ, RT, RMAX, RP, RV, R3Z, RSK, RKU, RC, RPC, RSM, RZ1MAX, S, HSC, RZJIS, RPPI, R?A, R?Q, RLR, RMR, RMR(C), R C, RK, RPK, RVK, MR1, MR2, A1, A2, VO, RPM, TP, HTP, R, RX, AR, ANÁLISE LIVRE					

24	<p>- GRÁFICOS: BAC E ADC - FILTROS: GAUSSIANO, 2CR75, PC75</p> <p>- VALORES DE CUTOFF: 0,08, 0,25, 0,8, 2,5 MM - VALORES DE CUTOFF: 2,5, 8 MM - COMPRIMENTO DE AMOSTRAGEM: 0,08, 0,25, 0,8, 2,5 MM - QUANTIDADE DE SEGMENTOS DE AMOSTRA: x1,x2,x3,x4,x5,x6,x7,x8,x9,x10, ARBITRÁRIO (0,3 ATÉ 16,0MM: 0,01MM INTERVALO) - TAMANHO DA TELA: 36.7x48.9 MM - LINGUAGEM: 16 LINGUAGENS - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: VERTICAL: 1 LINHA/3 LINHAS/GRÁFICO HORIZONTAL: 1 COLUNA/4 COLUNAS /GRÁFICO (DESLOCAMENTO DIREITA/ESQUERDA) - IMPRESSÃO *1: CONDIÇÃO DE MEDIÇÃO / RESULTADOS/ RESULTADOS POR SEGMENTO/ PERFIL GERADO/ CURVA DE PORCENTAGEM DE MATERIAL / CURVA DE DISTRIBUIÇÃO DA</p> <p>AMPLITUDE / DETALHES DA MEDIÇÃO - FUNÇÕES I/O: USB I/F, SAÍDA DIGIMATIC, SAÍDA IMPRESSORA, RS-232C I/F, PEDAL I/F - FUNÇÕES CONFIGURÁVEIS: OS PARÂMETROS PODEM SER SELECIONADOS PARA CÁLCULO, APRESENTAÇÃO E IMPRESSÃO. - FUNÇÕES DE AVALIAÇÃO:</p> <p>REGRA DO VALOR MÁXIMO, REGRA DOS 16%, REGRA DO VALOR MÉDIO - FUNÇÃO DE GRAVA AS CONFIGURAÇÕES: QUANDO DESLIGA O APARELHO - FUNÇÕES DE ARMAZENAMENTO: MEMÓRIA: CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO (ATÉ 10) CARTÃO DE MEMÓRIA (OPCIONAL): 500 CONFIGURAÇÕES, 10.000 PERFIS, 500 IMAGENS, TEXTO (CONDIÇÃO DE MEDIÇÃO/DADOS MEDIDOS/PERFIS /CURVA DE PORCENTAGEM DE MATERIAL / CURVA DE DISTRIBUIÇÃO DA AMPLITUDE) - FUNÇÕES DE CALIBRAÇÃO: AUTO-CALIBRAÇÃO COM ENTRADA DO VALOR PADRÃO /CALIBRAÇÃO PELA MÉDIA DE VÁRIOS VALORES (ATÉ 5X) - ECONOMIA DE ENERGIA: "AUTO SLEEP" (CONFIGURÁVEL DE 10 A 600 SEGUNDOS) *3 - ALIMENTAÇÃO: BATERIA INTERNA (BATERIA RECARREGÁVEL NI-MH) / CARREGADOR PARA TOMADA TEMPO DE CARGA DE 4 HORAS (PODE VARIAR EM FUNÇÃO DA TEMPERATURA DO AMBIENTE) ENDURANCE: CERCA DE 1000 MEDIÇÕES (DIFFERS SLIGHTLY DUE TO USE CONDITIONS /ENVIRONMENT) MODELO DE REFERÊNCIA: MARCA: MITUTOYO; REFERÊNCIA: SJ-210 4MN. GARANTIA MÍNIMA DO PRODUTO 12 (DOZE) MESES.</p>	610742	Unidade	1	12.515,66	12.515,66
25	<p>SERRA RÁPIDA PORTÁTIL, DE MESA - PARA CORTE DE METAIS QUE UTILIZE DISCO DE CORTE DE NO MÍNIMO 12 POLEGADAS COM 60 A 80 DENTES COM PASTILHA DE METAL DURO. O EIXO DA MÁQUINA / FURO DO DISCO DEVE SER DE 25,4MM. ALIMENTAÇÃO DE 220V E 60HZ, POTÊNCIA ENTRE 1750W E 3500W, VELOCIDADE ENTRE 700 E 1300 RPM, . DEVERÁ ACOMPANHAR O MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS E O DISCO DE CORTE COM PASTILHAS DE METAL DURO DE NO MÍNIMO 12 POLEGADAS, COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO BRASIL. REFERÊNCIA ASM ULTRA BLDC 1435 E MAKITA LC1230.</p>	219030	Unidade	1	3.933,42	3.933,42
26	<p>TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO FAIXA DE MEDIÇÃO 0°C A 1600°C OU SUPERIOR; DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO DE 3 3/4 DÍGITOS (LCD); TEMPO DE RESPOSTA DE, NO MÍNIMO, 100 MS; INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA; ALARME PARA TEMPERATURA MÍNIMA/MÁXIMA; MEDIDA DE MÁXIMA, MÍNIMA, DIFERENÇA (ENTRE MÁXIMA E MÍNIMA) E MÉDIA; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS TEMPO DE INATIVIDADE; TEMPERATURA DE OPERAÇÃO ENTRE, NO MÍNIMO, 0°C ~ 50°C. Garantia mínima de 12 meses.</p>	272646	Unidade	1	1.315,53	1.315,53

Valor Total do Processo: R\$ 655.660,43

1.1.1. Informamos que podem existir divergências entre as descrições dos itens divulgados no site www.comprasnet.gov.br, que constarão nas Notas de Empenho a serem emitidas após a homologação da Licitação e o que consta neste Anexo. A razão disso são as

mudanças feitas nos códigos para lançamento no sistema SIASG e a ausência de especificações que atendam integralmente as descrições apresentadas pelos requisitantes do objeto. Por esse motivo, ressaltamos que, em caso de dúvida no momento de lançamento das propostas no Comprasnet ou quando da entrega dos produtos nos campi, o licitante deve sempre considerar a descrição presente neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES contados do(a) ENTREGA DEFINITIVA DO BEM, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2.O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 11402887000160-0-000001/2025;

Data de publicação no PNCP: 10/09/2024;

Id do item no PCA: Conforme tabela abaixo;

Classe/Grupo: Conforme tabela abaixo ;

Identificador da Futura Contratação: 158516-42/2025.

Id do item no PCA	Código da Classificação Superior (Classe/Grupo)	Id do item no PCA	Código da Classificação Superior (Classe/Grupo)
28212	4110	28245	3920
28213	6640	28246	5210
28214	5130	28247	5130
28215	6670	28248	3431
28216	3450	28249	3431

28217	6670	28250	4940
28218	5930	28251	5210
28219	5930	28252	3590
28220	5935	28253	3417
28221	5930	28254	3431
28222	3416	28255	6105
28223	3432	28256	5130
28224	3625	28257	5440
28225	6105	28258	4110
28226	5935	28259	3920
28227	5935	28260	5130
28228	5930	28261	5130
28229	5935	28262	5950
28230	3438	28263	6640
28231	3438	28264	5930
28232	9999	28265	5130
28233	3920	28266	3416
28234	5130	28267	6640
28235	5130	28268	5950
28236	5930	28269	4110
28237	6640	28270	5930

28238	8145	28271	3415
28239	5130	28272	5130
28240	5440	28273	3416
28241	6670	28274	5130
28242	4110	28275	4110
28243	5130	28276	5210
28244	4310	28277	3431

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Os resíduos decorrentes da fabricação dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;
- 4.1.2. Os produtos deverão ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso);
- 4.1.3. A Contratada deverá observar, ainda, no que couber, boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, conforme disposto nos artigos 5º e 11º da Lei nº 14.133.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na descrição de alguns itens da presente contratação foi feita a indicação de marca(s) e ou modelo(s) de referência, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, sendo que podem ser ofertados itens com qualidade equivalente, similar ou de melhor qualidade, da marca indicada na descrição do item. Podendo a administração exigir da empresa participante do certame que demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com a a marca de referência mencionada.

Da exigência de amostra

4.3 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, caso seja necessário para melhor análise da área técnica e comprovação dos padrões de qualidade dos materiais, poderá ser convocado para apresentação de amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados;

4.3.1 As amostras poderão ser entregues no endereço e prazo indicado no dia da convocação para envio da amostra sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.2 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.3.4 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade conforme descritos abaixo:

4.3.5 Em primeira fase, de caráter eliminatório, as amostras serão avaliadas quanto ao atendimento rigoroso das especificações técnicas exigidas no Termo de Referência. As amostras também deverão estar rigorosamente de acordo com a proposta apresentada pelo licitante.

4.3.6 Secundariamente, também de caráter eliminatório, as amostras serão avaliadas mediante a inspeção das características físicas e de testes de funcionamento segundo as orientações constantes em seus manuais de operação (que deverão ser enviados junto com os equipamentos). Os testes de funcionamento visam a comprovação da funcionalidade, qualidade, capacidade (de carga de peso, de aquecimento, de refrigeração, de velocidade, de pressão, impermeabilidade, não-propagação de chamas etc., conforme o equipamento), precisão, exatidão e atendimento dos parâmetros constantes nas especificações técnicas do Termo de Referência. O resultado da avaliação da amostra se dará através de parecer técnico de aceite ou de desclassificação emitido pela equipe de avaliação.

4.3.7 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.8 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.9 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

*4.3.10 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

4.3.11 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.4 É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

4.4.2. *Do objeto da contratação, a qual consiste em: fornecimento de permanente de mecânica para os câmpus do IFSC;*

4.4.3 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.4.3.1 *A subcontratação fica limitada no que se refere à prestação de assistência técnica e montagem desde que por empresa autorizada pelo fabricante, sem que seja perdida a garantia legal;*

4.4.4 *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

4.4.5 *A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.*

4.4.6 *O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.*

4.4.7 *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

Garantia da contratação

4.5 *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tratando-se de fornecimento não continuado de bens, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Margem de Preferência:

4.6 *Os itens 02 (Balança eletrônica de Precisão) e o item 06 (Chave de Partida Estática) do objeto da contratação enquadram-se na margem de preferência prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, , conforme disposto na Resolução n.º 8, DE 31 DE MARÇO DE 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de **bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.***

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os materiais deverão ser entregues pelo fornecedor a contar da data de ciência da emissão da Nota de Empenho, no prazo de 30 (trinta dias) dias corridos.

5.2 Os materiais deverão ser entregues montados. Caso não seja possível, deverá ser realizado agendamento prévio entre o Câmpus Responsável pelo empenho e o Fornecedor.

5.3 A Contratada deverá estar ciente de que poderão ser empenhados quantitativos em períodos diferentes, dentro da validade da Ata de Registro de Preços.

5.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (Quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5 Os materiais deverão ser entregues nos seguintes endereços, conforme autorização de fornecimento:

Endereço dos Câmpus do IFSC	
CÂMPUS	ENDEREÇOS
Câmpus Araranguá	Av. XV de Novembro, s/nº – Bairro Aeroporto – CEP: 88900-000 – Araranguá – SC – Fone: (48) 3311-5000; e-mail: compras.ararangua@ifsc.edu.br .
Câmpus Caçador	Av. Fahdo Thomé, 3000, Champagnat – Caçador – SC – 89500-000, Fone: (49) 3561-5700; e-mail: compras.cdr@ifsc.edu.br .
Câmpus Canoinhas	AV. Expedicionários, 2150 – Bairro Campo do Água Verde – CEP 89460-000 Canoinhas SC: Fone: (47) 3627- 4500; e-mail: compras.canoinhas@ifsc.edu.br .
Cerfead	Rua Duarte Schutel, 99 – Centro – Florianópolis/SC – CEP 88015-640; email: compras@ifsc.edu.br ; Fone: (48) 3131-8816.
Câmpus Chapecó	Av. Nereu Ramos, 3450D- Bairro Seminário - Chapecó/SC . CEP 89813-000 Fone: (49) - 3313-1310; e-mail : compras.chapeco@ifsc.edu.br
Câmpus Criciúma	SC 433, km 01, nº 845 - Bairro Vila Rica- Criciúma - SC - CEP: 88813-600; Esquina com Rua Antônio Daré; Fone: (48) 3462-5000; e-mail: compras.criciuma@ifsc.edu.br
Câmpus Florianópolis	Av. Mauro Ramos, 950 - Centro- Florianópolis/SC. CEP 88020-300 - Almoxarifado, Fone (48) 3211-6000; e-mail: compras.fpolis@ifsc.edu.br
Câmpus Florianópolis Continente	Rua 14 de Julho - 150- Coqueiros - Florianópolis/SC - CEP : 88.075-010; Fone: (48) 3877-8400; e-mail: compras.continente@ifsc.edu.br

Câmpus Garopaba	Rua Maria Aparecida Barbosa, nº 153, Loteamento Vila de Campo - Bairro Campo Duna-Garopaba/ SC- CEP 88495-000, Fone (48) 3254-7330; e-mail: compras.garopaba@ifsc.edu.
Câmpus Gaspar	Rua Adriano Kormann, 510 - Bairro Bela Vista- Gaspar- SC; CEP 89110-971, Fone (47) 3318 - 3700; e-mail: compras.gaspar@ifsc.edu.br
Câmpus Itajaí	Av. Vereador Abrahão João Francisco, 3899, Bairro Ressacada - Itajaí - SC, CEP 88307-303; Fone (47) 3390-1200; e-mail: compras.itj@ifsc.edu.br
Câmpus Jaraguá do Sul RAU	Rua Dos Imigrantes, nº 445 - Bairro Rau - 89254-430 - Jaraguá do Sul; Fone: (47) 3276-9600; e-mail: compras.rau@ifsc.edu.br
Câmpus Jaraguá do Sul	Av. Getúlio Vargas, nº 830- Centro - Jaraguá do Sul - CEP 89251-000, Fone (47) 3276-8700, e-mail: compras.jar@ifsc.edu.br
Câmpus Joinville	Rua Pavão, 1337 - Loteamento Novo Horizonte - Bairro Costa e Silva, Joinville/SC - CEP 89220-618 - Fone (47) 3431-5600; e-mail: compras.joinville@ifsc.edu.br
Câmpus Lages	Rua Heitor Vila Lobos, s/n - Bairro São Francisco - Lages - CEP 88506-400, Fone: (49) 3221-4200; e-mail:compras.lages@ifsc.edu.br
Câmpus Palhoça- Bilíngue	Rua João Bernardino da Rosa - Bairro Cidade Universitária Pedra Branca- Palhoça-SC CEP 88137-010; Fone (48) 3341-9700; e-mail: compras.phb@ifsc.edu.br
Câmpus São Carlos	Rua Aloisio Stoffell, 1271- Jardim Alvorada - São Carlos/SC - CEP 89885-000 Fone (49) 3325-4149; e-mail: compras.sca@ifsc.edu.br
Câmpus São José	R. José Lino Kretzer, 608- Bairro Praia Comprida - CEP : 88103-310- São José- SC; e-mail: compras.sje@ifsc.edu.br
Câmpus São Lourenço do Oeste	Rua Aderbal Ramos da Silva, 496-514- Bairro Progresso; São Lourenço do Oeste - CEP : 89990-000; Fone: (49) 3344-8495; e-mail: compras.slo@ifsc.edu.br
Câmpus São Miguel do Oeste	Rua 22 de Abril, S/N - Bairro São Luiz - São Miguel do Oeste - SC CEP 89900-970; Fone (49)3631-0400; e-mail: compras.smo@ifsc.edu.br
Câmpus Tubarão	Rua Deputado Olives Pedra de Caldas, 480, Dehon- Tubarão, SC Fone (48) 3301-9101; E-mail: compras.tub@ifsc.edu.br

Câmpus Urupema	Estrada Do Senadinho, S/N - Centro - Urupema - SC - CEP 88625-970 Fone: (49) 3236-3100; e-mail: compras.urupema@ifsc.edu.br
Câmpus Xanxerê	Rua Euclides Hack, 1603 - Bairro Veneza - Xanxerê - SC- CEP 89820-000 Fone: (49) 3441-7900; e-mail: compras.xxe@ifsc.edu.br
Reitoria	Av. 14 de Julho 150- Coqueiros - Florianópolis -SC - CEP 88075-010 Fone: (48) 3877-9000; e-mail: compras@ifsc.edu.br

5.5 A vigência do contrato de cada bem entregue para fins de Garantia, inicia com o recebimento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6 *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (Doze) meses ou conforme informações constantes na descrição de cada um dos itens, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do recebimento definitivo.*

5.7 *Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.*

5.8 *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.9 *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.10 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5.13 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

5.14 Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.

5.15 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5 % (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20% (Vinte por cento) a 30% (Trinta por cento) do valor da contratação;**

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (Vinte por cento) a 30% (Trinta por cento) do valor da contratação;**

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) do valor da contratação;**

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (Dez por cento) a 30% (Trinta por cento) do valor da contratação;**

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (Dez por cento) a 30% (Trinta por cento) do valor da contratação.**

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de sua intimação;

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (Dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar,

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal:

7.12.1 **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.09. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária;

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado;

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.38 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante;

8.38.1 A eficácia da cessão de crédito em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

8.38.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

8.38.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;

8.38.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado;

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do Edital.

8.41 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento:

9.2. O fornecimento do objeto será parcelada, de acordo com as quantidades solicitadas nas AF (Autorizações de fornecimento).

Critérios de aceitabilidade de preços:

9.3 *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação:

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica:

9.22. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.23. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.24 *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.25 *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.26 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é **de R\$ 655.660,43 (Seiscentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta reais e quarenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item acima e no Quadro de especificações mínimas em anexo .

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**; ou

10.3.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26438;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 231852;

IV) Elemento de Despesa: 44.90.52 e

V) Plano Interno: L20RLP01MPN

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Florianópolis, SC em 23 de Julho de 2025

ELIANDRO LUIZ MINSKI
Autoridade competente

TANIA KELLI KUNZ
Equipe de planejamento

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

19. 7. ALTERAÇÕES

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

20. 8. FORO

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

No presente processo o instrumento de contrato não poderá ser substituído, devendo o mesmo ser formalizado e as regras para o instrumento de contrato, serão observadas na minuta do contrato.

O modelo de contrato encontrasse no Processo Administrativo **23292.031610/2024-06**

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELIANDRO LUIZ MINSKI

Autoridade competente

TANIA KELLI KUNZ

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/07/2025 às 16:30:52.